

*Missão Permanente de Portugal
junto do
Conselho da Europa.*

arg.



Estrasburgo, 21 de Julho de 1979

*Minha estimada ex-colega,
Senhora Primeiro Ministro Indistado,*

Como nos conhecemos pouco e como a única vez em que se poderá dizer que quase trabalhamos juntos foi sobre raça - matéria que não deu para grande debate, talvez até porque pertencemos à mesma - eu de si sei o que me vai chegando aqui e além, da maneira que chegam aos outros notícias das pessoas conhecidas. V. de mim não deve saber nada.

Na minha experiência os primeiros ministros portugueses são como os melões - só depois de abertos é que se sabe a qualidade. A priori, todavia, há aqueles a quem eu sinto que vale a pena tentar dizer qualquer coisa e aqueles que não. V. pertence ao primeiro grupo. Se lhe parece inodesta a o uso do "valer a pena", paciência: o facto é que, por muita humildade cristã que eu, embora agnóstico, sinta dentro de mim, a tontice humana, na sua expressão Lusíada (a que eu sou mais sensível porque é a minha) faz-me às vezes achar que nalgumas coisas, poucas e pedestres, o que eu penso não é tão disparatado como o que muitos outros pensam. O que me anima a escrever-lhe.

V. vai ser Primeiro Ministro por pouco tempo e numa espécie de Limbo, intermédio entre dois Parlamentos. Condições excelentes, em Portugal, para fazer qualquer coisa. Mouzinho da Silveira, cercado no Porto, o Governo Provisório de 1910-11, à espera da definição do Regime, o Dr. Salazar entre 29 e 33 e o Brigadeiro Gonçalves em 75 - independentemente da simpatia ou antipatia que se possa ter por eles, deixaram no País uma marca maior que os Governos dos periodos mais estáveis e convencionais. Chegou a sua vez.

Há duas coisas que, creio eu, V. poderia fazer. Uma delas será, julgo, tão evidente para si como para mim: reformar a administração pública. Mas a sério, nos pôdes fundamentais da visão de guarda-livros do Dr. Salazar e da hipertrofia da burocracia ineficiente do Estado nos últimos cento e cinquenta anos, como Ataturk mudou o alfabeto e Napoleão fez o Código Civil. Não se vai lá criando um Ministério. Uma comissão nacional a sério, com gente boa de Direita e de Esquerda, dependente da Presidência da República para durar, pelo menos até 81. E com os primeiros passos

